
Resistências no rural metropolitano - O caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo

Resistance in the metropolitan countryside - The case of the Engenho Novo Farm Settlement

Resistencia en el campo metropolitano: el caso del asentamiento rural Engenho Novo

Uriah Ferreira de Almeida ¹ <https://orcid.org/0009-0008-9175-1446>

¹ Universidade Federal Fluminense/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ Brasil, ferreirauriah@gmail.com

Recebido em: 28/08/2025

Aceito para publicação em: 28/09/2025

Resumo

O estudo analisa o Assentamento Fazenda Engenho Novo, em São Gonçalo (RJ), como um território de resistência e reinvenção da ruralidade em contexto metropolitano. Fruto de lutas coletivas contra a grilagem e a especulação imobiliária, o assentamento enfrenta desafios como a invisibilização das zonas rurais pelo poder público, a escassez hídrica e a pressão urbana. A pesquisa, conta com métodos qualitativos (entrevistas, observação participante), destaca a multifuncionalidade da agricultura familiar, que combina produção agroecológica, preservação ambiental e estratégias coletivas como cooperativismo e feiras. A atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação de Moradores foi crucial para a territorialização, fortalecendo identidades e resistências. O trabalho evidencia a hibridização do rural metropolitano, onde práticas tradicionais e urbanas se entrelaçam, desafiando dicotomias e propondo alternativas socioambientais frente à metropolização excludente.

Palavras-chave: assentamento; ruralidade metropolitana; agricultura familiar.

Abstract

Geopauta, Vitória da Conquista, V. 9, 2025, e18059



Este é um artigo de acesso aberto sob a licença Creative Commons da [CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

This study analyzes the Engenho Novo Farm Settlement, in São Gonçalo, Rio de Janeiro, as a territory of resistance and reinvention of rurality in a metropolitan context. The result of collective struggles against land grabbing and real estate speculation, the settlement faces challenges such as the invisibility of rural areas by public authorities, water scarcity, and urban pressure. The research, which uses qualitative methods (interviews, participant observation), highlights the multifunctionality of family farming, which combines agroecological production, environmental preservation, and collective strategies such as cooperatives and fairs. The work of the Rural Workers' Union and the Residents' Association was crucial to territorialization, strengthening identities and resistance. The work highlights the hybridization of the metropolitan rural area, where traditional and urban practices intertwine, challenging dichotomies and proposing socio-environmental alternatives to exclusionary metropolitanization.

Keywords: Settlement; metropolitan rurality; family farming.

Resumen

Este estudio analiza el Asentamiento Rural Engenho Novo, en São Gonçalo, Río de Janeiro, como un territorio de resistencia y reinención de la ruralidad en un contexto metropolitano. Fruto de las luchas colectivas contra el acaparamiento de tierras y la especulación inmobiliaria, el asentamiento enfrenta desafíos como la invisibilidad de las zonas rurales por parte de las autoridades públicas, la escasez de agua y la presión urbana. La investigación, que utiliza métodos cualitativos (entrevistas, observación participante), destaca la multifuncionalidad de la agricultura familiar, que combina la producción agroecológica, la preservación del medio ambiente y estrategias colectivas como cooperativas y ferias. El trabajo del Sindicato de Trabajadores Rurales y la Asociación de Vecinos fue crucial para la territorialización, el fortalecimiento de las identidades y la resistencia. El trabajo destaca la hibridación del área rural metropolitana, donde se entrelazan las prácticas tradicionales y urbanas, desafiando dicotomías y proponiendo alternativas socioambientales a la metropolitanización excluyente.

Palabras clave: Neoextractivismo; energía eólica; Región del Alto Sertão de Bahía.

Introdução

O Assentamento Fazenda Engenho Novo, localizado no município de São Gonçalo (RJ), se apresenta como um território de resistência e reinvenção no contexto da metropolização. Fruto da ação coletiva, o assentamento é resultado direto de lutas por terra e por território em um espaço que, historicamente, sofreu e sofre pressões. A formação do Assentamento, marcada pelo processo da "Muvuca", como nomeado pelos próprios moradores, revela a dinâmica conflituosa da territorialização em um município que historicamente negligenciou sua dimensão

rural. Tal processo de conquista e manutenção do território é atravessado por ameaças permanentes: à especulação imobiliária, a pressão por usos urbanos do solo, o avanço de loteamentos irregulares e a própria ausência de reconhecimento oficial das zonas rurais de São Gonçalo. A luta dos assentados, portanto, não é apenas pela terra enquanto recurso material, mas pela afirmação de uma identidade rural em meio ao espaço metropolitano.

A luta pela terra e pela permanência no território reafirma o assentamento como um espaço político por excelência — um espaço onde se manifesta a disputa pela forma de viver, de produzir e de habitar o rural metropolitano. Em um cenário marcado pela fragmentação socioespacial e pelas múltiplas exclusões geradas pela metropolização, os agricultores do Assentamento Fazenda Engenho Novo seguem demonstrando, com sua prática diária, que a ruralidade não apenas persiste, mas se reinventa em meio às dinâmicas da metrópole.

No Assentamento Fazenda Engenho Novo, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo, assim como o papel da sua Associação, foi fundamental para o processo de territorialização e da construção de uma identidade coletiva entre os assentados. Mais do que articular lutas pela terra e pelos direitos dos assentados, os atores sociais mobilizam práticas que reforçam a permanência e a vitalidade do assentamento. Ao longo dos anos, o sindicato e associação consolidou-se como mediadores essenciais entre os agricultores e o poder público, promovendo políticas para os assentados e valorização da agricultura familiar como um modo de vida legítimo e digno em um município marcadamente urbanizado.

Desde a sua criação, construção de redes e organizações de produtores assentados têm se revelado um vetor essencial para a dinamização da agricultura familiar e para a criação de novas formas de produção e consumo, tanto no nível local quanto regional. Diante de alguns desafios impostos motivados pela ausência do poder público, os agricultores assentados têm investido em estratégias coletivas que buscam fortalecer práticas alternativas de produção, como a agroecologia e a

fabricação de produtos artesanais. A Feira da Agricultura Familiar de São Gonçalo, fruto do engajamento dos assentados, constitui um espaço simbólico e material de circulação de produtos que carregam não apenas valor econômico, mas também significados sociais, culturais e ambientais, fortalecendo os vínculos entre produtores e consumidores.

A organização coletiva em torno da produção agroecológica e artesanal também promove uma ressignificação do próprio território, na medida em que valoriza práticas sustentáveis e a biodiversidade local. Essas redes, ao mesmo tempo em que sustentam a reprodução socioeconômica das famílias assentadas, também contribuem para a construção de circuitos curtos de produção e consumo, que fortalecem economias locais, geram novas territorialidades e criam oportunidades frente às dinâmicas excludentes. Assim, no rural metropolitano de São Gonçalo, observa-se a emergência de formas híbridas de produção e consumo que tensionam as fronteiras entre o rural e o urbano e afirmam a potência transformadora da agricultura familiar.

Neste contexto de tensões, o assentamento emerge como um "cruzo", no sentido proposto por Luiz Rufino, um espaço de encruzilhada onde múltiplas temporalidades, práticas e saberes se entrelaçam para a construção de novas possibilidades de vida. O território do Assentamento Fazenda Engenho Novo é, assim, simultaneamente um espaço vivido, resistido e ressignificado, onde o rural não é mero resquício do passado, mas um espaço ativo de transformação social e produção de alternativas frente às adversidades impostas pela dinâmica da metropolização.

Por fim, explico que esse trabalho é fruto da minha dissertação de mestrado "A dinâmica Socioproductiva dos Agricultores Familiares do Assentamento Fazenda Engenho Novo" onde utilizei uma abordagem qualitativa para compreender as experiências e estratégias dos agricultores familiares em um contexto rural metropolitano. A coleta de dados combinou observação participante, entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Entre março e outubro de 2024, foram

realizadas visitas ao assentamento e à Feira de Agricultura Familiar (FAF), onde 15 agricultores foram entrevistados. As conversas abordaram temas como estratégias de reprodução socioeconômica, pluriatividade, desafios da sucessão hereditária e relações com o espaço urbano.

As Resistências no rural metropolitano

Em regiões como a Metropolitana do Rio de Janeiro, a coexistência entre áreas urbanizadas e espaços rurais gera dinâmicas complexas marcadas por possibilidades de ressignificação, aquilo que Monte-Mor chama de “Outras lógicas de povoamento” (1994).

O município de São Gonçalo, inserido nesse contexto, apresenta uma trajetória de expansão urbana que, embora tenha reduzido significativamente a presença de atividades agrícolas ao longo do tempo, ainda mantém territórios rurais ativos, como é o caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo. O rural, longe de ser um resquício do passado, se mostrou como um espaço dinâmico e multifuncional, capaz de se adaptar e resistir às pressões da metropolização.

Enquanto único assentamento rural do município, sua existência evidencia a complexidade do que se convencionou chamar de rural metropolitano. Esse conceito, utilizado na pesquisa, questiona a tradicional dicotomia entre campo e cidade, reconhecendo a interpenetração entre os espaços rurais e urbanos, onde práticas agrícolas persistem e se transformam em meio ao avanço da metrópole. No caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo essa fusão se manifesta na coexistência de práticas agrícolas com novas dinâmicas socioeconômicas impulsionadas pela proximidade com a cidade.

O assentamento se torna, assim, um território híbrido, onde a ruralidade resiste, mas também se reinventa diante das pressões urbanas. Esse processo me fez lembrar-se do conceito de "cruzo", de Rufino (2019), que define os espaços e experiências marcados por misturas, tensionamentos e articulações entre diferentes

lógicas e temporalidades. O "cruzo" representa um lugar de encruzilhada, onde distintas influências se encontram e se rearranjam em novas formas de existência. No contexto do Assentamento Fazenda Engenho Novo, o cruzo ajuda a reconhecer certas "malandragens" dos agricultores familiares, que mobilizaram ao longo do processo de territorialização, saberes que vagueiam diferentes temporalidades para se adaptar às condições do espaço metropolitano, tornando o assentamento um espaço da "ginga", de constante negociação e reinvenção.

Esse fenômeno é chamado de "rural metropolitano", conceito que reconhece a interpenetração entre esses espaços, onde práticas agrícolas convivem com lógicas urbanas, criando territórios híbridos. A discussão teórica sobre o tema envolve diferentes perspectivas. De um lado, há argumentos de que o avanço do capitalismo e da urbanização levaria à absorção total do rural pelo urbano, como defendido por Lefebvre(1999), que fala em "urbanização completa da sociedade". Por outro lado, críticas apontam que essa visão subestima a resiliência das comunidades rurais, que se adaptam e resistem, mantendo suas particularidades mesmo em meio à expansão metropolitana. A agricultura familiar, por exemplo, demonstra capacidade de se reorganizar, incorporando novas dinâmicas sem perder a identidade.

O conflito pela terra na região, antes da desapropriação pelo ITERJ, foi nomeado de "Muvuca" por Alfredo, morador do assentamento. Esse nome ressoa com a própria essência do rural metropolitano que me foi apresentado. O rural metropolitano é, de fato, uma verdadeira muvuca: um espaço de encontros e cruzamentos, onde elementos diversos se sobrepõem e se entrelaçam. Assim, podemos pensar o assentamento a partir dessa chave—como uma muvuca, um território ambíguo, de limites fluidos, onde a distinção entre dentro e fora se dissolve e tudo se conecta.

O Assentamento Fazenda Engenho Novo, localizado no município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), é um exemplo da complexa interação entre processos históricos, conflitos fundiários e a resistência de comunidades rurais em um contexto metropolitano. Seu contexto histórico e social

remonta ao século XIX, quando a região era dominada por grandes propriedades rurais dedicadas à monocultura de cana-de-açúcar, café e frutas, como laranja e goiaba. A Fazenda Engenho Novo, propriedade do Barão de São Gonçalo, Belarmino Ricardo de Siqueira, era um desses latifúndios, onde a exploração do trabalho escravo era a base da produção. O testamento do Barão, por exemplo, menciona a existência de 111 pessoas escravizadas na fazenda, evidenciando sua importância econômica e social na região.

Com a crise das monoculturas no século XX, muitas dessas fazendas entraram em decadência. A Fazenda Engenho Novo não foi exceção. Após a morte do Barão, a propriedade passou por sucessivas transições de posse, sendo arrendada ou explorada por diferentes famílias, como os Serrado, que introduziram o cultivo de frutas cítricas. No entanto, a partir da década de 1970, a fazenda foi vendida para um novo proprietário, Deusdérito Belmonte Netto, que abandonou as atividades agrícolas e passou a explorar ilegalmente a extração de areola, causando graves danos ambientais e conflitos com os antigos trabalhadores rurais que ainda viviam no local.

O período entre as décadas de 1980 e 1990 foi marcado por intensos conflitos fundiários, conhecidos localmente como "Muvuca". Esse termo, cunhado pelos próprios moradores, refere-se ao caos e à violência que caracterizaram a disputa pela terra. Os antigos meeiros e arrendatários, muitos deles descendentes de escravizados, foram pressionados a abandonar suas terras ou vendê-las por valores irrisórios. Relatos de moradores, como o do agricultor Alfredo Pinheiro da Silva, destacam a resistência dessas famílias, que enfrentaram ameaças, invasões de gado e até mesmo a destruição de suas casas por grileiros. Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo (STR-SG), fundado em 1963, desempenhou um papel crucial na organização dos agricultores e na luta pela desapropriação da fazenda. A mobilização coletiva resultou na intervenção do Estado, e em 1992, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) desapropriou a Fazenda Engenho Novo por interesse público,

transformando-a em um assentamento rural. Em 1995, 143 famílias foram assentadas oficialmente, recebendo lotes para cultivo e moradia.

A territorialização é um processo fundamental para compreender o assentamento já que esse processo fala da forma como os assentados se relacionam com o espaço, transformando-o em território por meio de relações, identidade e trabalho. Enquanto o espaço é a base física preexistente, o território surge quando grupos sociais o moldam através de suas práticas, criando laços materiais e simbólicos. Essa dinâmica é especialmente visível em assentamentos rurais como a Fazenda Engenho Novo, onde a luta pela terra transcende o aspecto produtivo, envolvendo a construção de identidades coletivas e a resistência frente a pressões urbanas e políticas.

Em síntese, o processo de territorialização no assentamento estudado envolveu três eixos interligados: a disputa pela terra, a construção de uma identidade coletiva e a manutenção de símbolos que reforçam o pertencimento ao território. Esses elementos não apenas garantem a reprodução social dos agricultores familiares, mas também revelam a complexidade da ruralidade em áreas metropolitanas, considerando que os desafios enfrentados pelos assentados refletem a tensão entre a preservação da identidade rural e a pressão metropolitana, evidenciando a necessidade de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam a agricultura familiar como parte essencial do território.

No rural metropolitano, a especulação imobiliária e a expansão urbana ameaça a estabilidade do assentamento, com invasões de terras, construções irregulares e até a presença de facções criminosas, que aumentam a violência na região. A invisibilidade institucional do rural em São Gonçalo também é um obstáculo: desde a década de 1960, o município negou a existência de zonas rurais, priorizando a arrecadação urbana e facilitando a grilagem de terras. Apesar de leis recentes tentarem reclassificar essas áreas, as políticas para agricultura familiar ainda são insuficientes, sem investimentos em infraestrutura ou acesso a mercados. A agricultura familiar praticada no assentamento pode ser compreendida de forma

multidimensional, considerando que essa atividade abrange diversas formas e funções sociais. Além da diversificação das atividades produtivas, elementos como a preservação de paisagens, ecossistemas e agroecossistemas são cada vez mais reconhecidos como as múltiplas funções desempenhadas pelo agricultor familiar, reforçando sua relevância para a sociedade. No caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo, a agricultura familiar desempenha um papel importante na transformação do espaço rural por meio da adoção de práticas ecológicas como práticas como a adubação verde, a rotação de culturas, plantio consorciado, etc.

A região onde está localizado o assentamento fazenda Engenho Novo foi um território explorado de forma predatória ao longo da história, especialmente durante os ciclos da cana-de-açúcar e da laranja, o que resultou na degradação do solo e na redução da sua capacidade produtiva. Os monocultivos, e consecutivamente a extração ilegal de areola, a remoção indiscriminada da vegetação e a ausência de práticas conservacionistas foram os principais responsáveis pela degradação do solo na região do assentamento. Esse cenário, decorrente da exploração intensiva dos recursos naturais até meados do século XX, exemplifica a persistência do "habitar colonial" (Ferdinand, 2019). A baixa produtividade do solo são consequências diretas dessas práticas históricas, assim como o estágio avançado de poluição do Rio Aldeia, principal curso de água do assentamento impacta até os dias atuais na vida dos agricultores (Passos et al, 2010). Em 2010, os indicadores de dificuldades enfrentadas pelos agricultores estavam diretamente relacionados a questões ambientais, como a degradação do solo, o abastecimento de água (com a seca dos rios) e o ataque de pragas aos cultivos. Esses desafios eram acompanhados de problemas estruturais e, posteriormente, de dificuldades socioeconômicas.

O diagnóstico socioambiental realizado 17 anos após (Passos et al, idem) a criação do assentamento, identificou 43% dos lotes mapeados possuíam área de mata. Essa porcentagem é associada, segundo os agricultores, ao trabalho de preservação da fauna ou flora. Na pesquisa em questão, os agricultores se

mostraram leigos em relação à educação ambiental, mas fica evidente a agência desses agricultores na preservação desses espaços a partir de diversas práticas ecológicas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, São Gonçalo possuía 734 hectares de matas ou florestas naturais, além de 1.449 hectares destinados à preservação permanente ou reserva legal. As florestas plantadas ocupavam uma área menor, com apenas 7 hectares. Em relação aos sistemas agroflorestais, havia 36 hectares de área cultivada com espécies florestais, utilizados também para lavouras e pastoreio de animais.

Embora haja agricultores que utilizam agrotóxicos no assentamento, grande parte dos sítios mapeados por pesquisas posteriores (Azevedo, 2015, Santos, 2020, Costa, 2020) demonstram que os assentados adotaram diversas práticas agrícolas sustentáveis para lidar com a degradação do solo, assim como alguns mantêm áreas de Reserva Legal. Outros exemplos da atuação dos assentados está na preservação e proteção legal das nascentes recém descobertas no perímetro do assentamento que estão (Costa, 2020). Segundo uma agricultora do assentamento, os moradores utilizam essas fontes de água para a agropecuária, e muitas vezes escondem determinadas nascentes de pessoas de fora, temendo que elas sejam alvo de interesse ou exploração.

Nos primeiros anos após a criação do assentamento, era comum a utilização de esterco de animais como adubo para o solo, enquanto os fertilizantes químicos eram utilizados de forma mais limitada. Dados indicam que apenas 12% dos lotes faziam uso de fertilizantes químicos, enquanto os fertilizantes naturais estavam presentes em 75% da amostragem. (Passos et al, 2010). Já em 2015, Azevedo constatou a utilização da adubação verde e o uso de restos orgânicos para compostagem. A autora destaca que a adubação verde, com o uso de algumas espécies vegetais ajudou na recuperação do solo e na fixação de nitrogênio, dispensando o uso de fertilizantes químicos. Além disso, a utilização de lixo orgânico, como cascas de frutas, legumes e ovos, para compostagem, contribuiu

para o enriquecimento do solo com nutrientes, evitando o descarte inadequado desses materiais.

O conjunto de ações realizadas pelos agricultores remete novamente à questão da multifuncionalidade da agricultura. Além de englobar a diversificação das atividades econômicas e práticas voltadas à preservação da biodiversidade, as dinâmicas socioeconômicas promovidas por essas iniciativas geram transformações significativas no espaço rural, contribuindo, inclusive, para a reconfiguração da paisagem local. Isso demonstra que mesmo que reestruturação das áreas rurais, especialmente no contexto do rural metropolitano, seja um processo marcado por rupturas e continuidades, o rural metropolitano passa por transformações profundas, mas ainda mantém características intrínsecas ao seu caráter rural. No entanto, sua dinâmica atrai novos atores e atividades, tornando esses espaços valorizados pela diversidade de aspectos sociais, culturais, ambientais e paisagísticos.

A agricultura familiar possui um enorme potencial para reestruturar o espaço rural metropolitano, especialmente quando consideramos a experiência do assentamento. Essas experiências, além de promoverem a produção de alimentos, propõem formas preciosas de habitar o espaço rural, com foco na gestão e construção de relações mais harmônicas entre o ser humano e a natureza, considerando que esses agricultores atuam como protetores desses territórios.

Em um contexto metropolitano, a discussão sobre as "utopias urbano-camponesas" proposta por Monte-Mor(1994) oferece uma perspectiva instigante para refletirmos sobre os assentamentos rurais nessas regiões como espaços privilegiados para pensar outras lógicas de povoamento. Essa abordagem se torna especialmente relevante diante do cenário de urbanização extensiva e da crise ambiental.

Monte-Mor(2006) argumenta que as preocupações tradicionais centradas na produção industrial e na reprodução coletiva têm cedido lugar a uma atenção crescente à "natureza". Esse deslocamento reflete a ampliação do debate ambiental,

que ganha destaque em virtude das pressões impostas pela crise ecológica global. O autor defende a necessidade de uma mudança de paradigma para uma perspectiva cosmopolítica, que reconhece os direitos da natureza e a integra como parte fundamental da gestão urbana. Ou seja, uma cosmopolítica que vá além dos interesses humanos e inclua todos os seres e elementos da natureza.

Experiências como a do assentamento demonstram como, por meio da ação dos assentados, esses espaços podem se mostrar dinâmicos e capazes de se reinventar, mesmo diante de crises profundas e transformações no contexto metropolitano. Esse território abre caminho para repensarmos os espaços urbanos em maior sintonia com a natureza e junto da noção de ruralidade.

A centralidade na natureza presente nesses espaços considera ativamente os elementos não-humanos em sua lógica, oferece um modelo que nos distancia, em certa medida, da lógica antropocêntrica. Essa abordagem pode contribuir para enfrentar desafios criados pela metropolização em diferentes escalas.

Considerações Finais

O Assentamento Fazenda Engenho Novo nos coloca diante dos desafios e possibilidades da ruralidade em contextos metropolitanos. O dilema da constante ameaça do avanço urbano sobre o território rural explicita a tensão que possui duas faces: de um lado, a expansão imobiliária e a lógica especulativa da metrópole; de outro, a persistência de modos de vida e produção vinculados à agricultura familiar.

A pesquisa revela como o avanço da urbanização coloca em risco não apenas as atividades agrícolas, mas todo um ecossistema de relações sociais, saberes e práticas desenvolvidas ao longo de gerações. A pressão por loteamentos irregulares, a grilagem de terras e a própria invisibilidade política do rural no planejamento municipal mostram como a metropolização tende a tratar essas áreas como espaços residuais, destinados a serem absorvidos pela mancha urbana. Contudo, o caso do Engenho Novo demonstra que essa não é uma equação inevitável, através de estratégias, os agricultores vêm construindo alternativas concretas de resistência. Suas práticas não apenas mantêm viva a produção agrícola, como também oferecem respostas à crise ambiental - seja através da preservação, da recuperação de solos ou da manutenção da biodiversidade.

Referências

AZEVEDO, C. V. de. Agricultura, memória, paisagem e turismo: as perspectivas de construção de novas ruralidades no assentamento rural Fazenda Engenho Novo. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, B. L. Atividades Agrícolas no Assentamento da Fazenda Engenho Novo, São Gonçalo/RJ. Dissertação de Mestrado, (2020). Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFF, 2020. 93 f.

FERDINAND, M. **Une écologie décoloniale: penser l'écologie depuis le monde caribéen**. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

LEFEBVRE, H. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MONTE-MÓR, R. L. de M. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: SANTOS, Milton et al. (orgs.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MONTE-MÓR, R. L. de M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. (Texto para discussão; 281).

PASSOS, A. S. et al. Diagnóstico socioeconômico e ambiental da comunidade residente em área da antiga fazenda Engenho Novo – São Gonçalo – RJ. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 9, n. 4, 2010. Disponível em: [link]. Acesso em: 10 jul. 2018.

RUFINO, L. **Pedagogia da encruzilhada**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, M. G. (Org.). **O rural em regiões metropolitanas: a Fazenda Engenho Novo**, São Gonçalo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

Disponibilidade dos dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no corpo do artigo

